



EDUCAÇÃO PRÁTICA E FORMAÇÃO DOCENTE

Renata Cristina Lopes Andrade.

RESUMO

Pretendemos com este artigo expor e refletir sobre o pensamento pedagógico de Immanuel Kant. Particularmente, acerca da concepção kantiana de educação prática, para que possamos, uma vez exposta e compreendida, ponderar sobre as implicações dessa concepção para a formação de professores. Quais os possíveis desdobramentos da pedagogia, em particular, da ideia de educação prática para a formação de professores? A educação prática kantiana pode contribuir com a formação de professores na atualidade? Contemplando essas questões, oferecemos, neste artigo, de caráter teórico-filosófico, o entendimento do projeto pedagógico de Kant.

Palavras-chave: Pedagogia. Educação Prática. Formação de professores. Kant.

PRACTICAL EDUCATION AND TEACHING TRAINING

ABSTRACT

With this article we intend to expose, and reflect on, the pedagogical thought of Immanuel Kant. Particularly, about the Kantian conception of practical education, so that we can, once exposed and understood, consider the implications of this conception for teacher training. What are the possible consequences of pedagogy, in particular, of the idea of practical education, for teacher training? Can practical Kantian education contribute to teacher training today? Contemplating these issues, we offer in this article, of theoretical and philosophical character, the understanding of Kant's pedagogical project.

Keywords: Pedagogy. Practical Education. Teacher training. Kant.

EDUCACIÓN PRÁCTICA Y FORMACIÓN DOCENTE

RESUMEN

Con este artículo pretendemos exponer y reflexionar sobre el pensamiento pedagógico de Immanuel Kant. Particularmente, sobre la concepción kantiana de la educación práctica, para que podamos, una vez expuestos y entendidos, considerar las implicaciones de esta concepción para la formación del profesorado. ¿Cuáles son las posibles consecuencias de la pedagogía, en particular, de la idea de la educación práctica, para la formación del profesorado? ¿Puede la educación práctica kantiana contribuir a la formación docente hoy? Contemplando estos temas, ofrecemos en este artículo, de carácter teórico y filosófico, la comprensión del proyecto pedagógico de Kant.

Palabras clave: pedagogía. Educación práctica Formación de profesores. Kant

INTRODUÇÃO

Inicialmente, incitamos algumas questões: afinal, o que a Filosofia tem a ver com a Educação? o que a Filosofia tem a dizer sobre a Educação? o que os filósofos têm a dizer aos educadores? qual é a pertinência dos fundamentos, em particular, da Filosofia da Educação para a formação docente? Os ideais filosófico-educacionais estão presentes hoje ou podemos pensar na realização de uma formação até então não realizada? Os problemas da educação postos pelos filósofos ainda são as inquietações da educação do presente?

Por toda a história da filosofia, a preocupação com a educação foi constante, sobre os seus processos, temas, sentidos, significados, objetivos, valores, papéis, concepções (de educação, de humanidade ou de ser humano), métodos, técnicas, dentre outros. Portanto, a afirmação da ampla e significativa contribuição dos filósofos, que pensaram e escreveram sobre a educação, em uma obra específica ou no interior de suas obras, que tiveram o tema da educação por objeto de interesse, de reflexão, de análise, desenvolvendo o que chamamos de Filosofia da Educação, é apropriada e se sustenta.

As questões e o interesse dos filósofos pela problemática de ordem pedagógica e educacional se justificam facilmente, basta observar que a filosofia pondera, ajuíza, examina, questiona, trazendo a tentativa de compreensão e explicação de tudo o que é essencialmente humano, ou seja, tudo o que diz respeito à natureza e/ou à condição do ser humano se revela enquanto problema e interesse filosófico – conhecimento, cultura, felicidade, justiça, amizade, linguagem, ciência, razão, paixão, liberdade, religião, política, (...). Ora, se a filosofia foi e é governada pelas questões sobre e da natureza humana, a Educação, que traz o próprio ser humano em sua base, não escaparia ao olhar filosófico. Todo esse pensamento, toda a reflexão filosófica, os fundamentos filosóficos da educação formulados e desenvolvidos nos vinte e cinco séculos da história da filosofia, bem como formulados e desenvolvidos pela filosofia ainda hoje, podem auxiliar na compreensão, na orientação e na promoção da vida humana – pública e privada, pessoal e profissional.

Do mesmo modo das demais esferas e objetos do pensamento filosófico, a educação, também, se encontra intimamente ligada à reflexão filosófica e, se desejamos refletir, decidir, aprimorar e melhorar os cenários da educação, um caminho possível pode ser reconhecer o valor de uma filosofia da educação, por seu valor intrínseco ou por seu

valor prático enquanto *práxis*, “dar-lhe condições de se realizar como *práxis*” (SEVERINO, 2001, p. 120), que a ideia (pensamento) atue sobre o futuro educador, mas também o futuro educador atue (realidade) sobre a ideia, de modo a diminuir as distâncias entre o puro e o empírico, resgatar concepções formuladas e ampliadas ao longo da história do pensamento humano, sugerir alternativas e abrir horizontes para pensarmos e repensarmos, por exemplo, a formação docente na realidade, proporcionando, quem sabe, um horizonte de possibilidades no campo da formação de professores, que, talvez, não esteja sendo apresentado em todo o seu potencial.

Afirmamos o encontro da Filosofia com a Educação enquanto o que pode auxiliar no entendimento das concepções de educação e do professor, concepções que formem, desenvolvam, transformem e realizem. Possibilidades que nos permitem refletir junto da formação e do desenvolvimento do ser humano via educação, sobre qual ser queremos e podemos ter em nossas experiências reais.

Dito isso, buscaremos elucidar o encontro de Kant com a educação. Immanuel Kant (1724-1804), filósofo do século XVIII, foi um dos grandes pensadores do Iluminismo e do Idealismo Alemão. Sem dificuldades, podemos afirmar a íntima relação desse importante filósofo da Modernidade com a educação. É importante dizer que há, tanto no pensamento como na vida de Kant, a presença constante da educação, seja como investigação filosófica, seja enquanto ação, conforme nos explica Bueno:

Kant foi professor durante toda a sua vida e viveu do ensino que praticava, seja como tutor nas casas das famílias abastadas (1748-1754), seja como *Privatdozent* – título que se dava àqueles que ensinavam nas universidades, mas cujo ensino era pago diretamente pelos alunos que frequentavam os cursos e não pela Universidade – seja, finalmente, como Professor da Universidade de Königsberg, o que aconteceu a partir de 1770. Além de ter sido professor durante toda a sua vida, Kant ministrou quatro cursos sobre pedagogia, o que o levou a tratar explicitamente de temas ligados à educação [...] Kant ainda escreveu outros textos nos quais explicita suas posições a respeito da educação. Num deles, em que apresenta sua proposta para seus cursos de inverno de 1765 e 1766, faz uma crítica da educação dada aos jovens; em outros dois, publicados em 1766 e 1767, refere-se, elogiando, à educação dada no Instituto *Philantropinium*. Em suas obras críticas de filosofia prática, aborda temas que vão influenciar profundamente sua concepção de educação: o de liberdade e o de autonomia. (BUENO, 2012, p. 162).

Considerando a nossa proposta de exposição e de reflexão sobre o pensamento pedagógico de Kant, ou seja, sobre a educação de acordo com a sua investigação filosófica,

dedicaremos as nossas análises, em especial, ao texto *Sobre a pedagogia*, publicado em 1803. *Sobre a pedagogia*, constante das *Obras Completas* de Immanuel Kant, Tomo X, da edição da Real Academia Prussiana de Ciências de 1923, foi publicada mediante autorização de Kant, por Friedrich Theodor Rink, amigo e aluno de Kant, quando o filósofo lecionou nos cursos de pedagogia da Universidade de Königsberg. (FONTANELLA, 1999, p. 5). Os professores de filosofia das Universidades alemãs ocupavam-se, também, de cursos de Pedagogia, o que justifica, afinal, muitos dos filósofos da época terem, por objeto de estudos, reflexões e indagações sobre o tema da educação. Os relatos recolhidos por Rink, que resultaram na obra *Sobre a pedagogia*, segundo Crampe-Casnabert (1989), dizem respeito às lições de pedagogia ministradas por Kant em 1776/77, 1783/84 e 1786/87.

Buscaremos analisar as preocupações das preleções *Sobre a pedagogia*, em particular, acerca da ideia de educação prática nelas desenvolvida e justificada, para que, em tempo futuro, possamos ponderar sobre os desdobramentos dessas lições para a formação de professores. Assim, colocamos: o que é e qual o papel da educação prática na pedagogia kantiana? Como a formação prática contribui para o objetivo essencial da educação conforme pensada por Kant, a saber, o alcance da Humanidade. Qual o seu horizonte de possibilidades para o campo da formação de professores?

Eis aqui a ocasião, ademais, da análise, da avaliação, da reflexão e de reflexos, do pensamento, da orientação e, quem sabe, da promoção, baseados na compreensão dos fundamentos da educação, para outros e diferentes olhares e posturas acerca da complexa ação educacional, a qual envolve, também, a formação de professores. Ressaltamos que não analisaremos a realidade, inicialmente, proporcionaremos o entendimento e a reflexão filosófica acerca da proposta da educação prática de Kant. Vamos, então, à elucidação da pedagogia e da educação prática kantiana em termos de análise e de procura.

FILOSOFIA PRÁTICA E PEDAGOGIA

A Filosofia Prática de Kant é constituída e sustentada, apropriadamente, por duas partes. Há o primeiro momento que diz respeito aos fundamentos, concentrando-se, exclusivamente, à fundamentação da moralidade, à busca pelo princípio supremo da moral e aos fundamentos do agir moral, eis a parte pura da filosofia prática kantiana. Kant, na introdução da *Crítica razão pura*, chama de puro o que nada se mescla com dados empíricos. O fundamento puro da moralidade deve ser completamente depurado de tudo o

que possa ser empírico, que, segundo Kant, é sempre contingente, e, para o filósofo, a base de nossa conduta não deve ficar a sorte de qualquer contingência.

Tratando-se de uma filosofia prática pura, ou seja, a busca pelos princípios da ação com valor moral, a principal tarefa de Kant, senão a única, foi “*a busca e fixação do princípio supremo da moralidade*” (KANT, 1980, p. 106). Podemos dizer que a sua busca pelo princípio supremo da moralidade se dá, inicialmente, na *Fundamentação da metafísica dos costumes*, mediante a análise dos juízos morais comuns, segundo a qual Kant chega aos conceitos de *boa vontade, dever, imperativo categórico*. A fixação e desenvolvimento do princípio ocorrem a partir da 3º seção da *Fundamentação e Crítica da razão prática*. Porém, digno de nota é enfatizar que a necessidade do *fundamento puro prático*, uma lei interna que aponte o que *deve acontecer do ponto de vista da moralidade*, já pode ser antevista desde a *Dissertação de 1770*, por exemplo, no §9, nota de rodapé.

O que buscamos destacar, aqui, é que, primeiramente, há uma filosofia prática pura, ou seja, o desenvolvimento de uma metafísica dos costumes ou uma metafísica moral, a qual é separada de tudo o que possa ser empírico. De acordo com Kant:

Ora, a moralidade é a única conformidade das ações a leis que pode ser derivada, de um modo completamente *a priori*, de princípios. Em decorrência disto, a metafísica dos costumes é propriamente a moral pura, a qual não se funda sobre qualquer Antropologia (quaisquer condições empíricas). (KANT, 1983, p. 409).

Entendemos que a parte pura do pensamento prático kantiano se justifica, primeiro, porque uma filosofia prática mesclada não é capaz de oferecer princípio algum, não pode fornecer um princípio propriamente prática, leis práticas ou condições de estabelecimentos de leis práticas, uma filosofia prática que se mescla com dados empíricos da física, da antropologia, da psicologia ou da experiência em geral, pode fornecer, no melhor dos casos, previsões, estatísticas, leis naturais, pode relatar ou descrever casos particulares, porém não é essa a preocupação de Kant. A preocupação primeira está no sujeito da ação (o agente) e a fonte de suas ações, isto é, o princípio da ação. Segundo, porque, na visão do filósofo, tudo o que provém da experiência é contingente e particular, diferente daquilo que provém da razão, cujo alcance pode ser universal, necessário e objetivo. Na *Crítica da razão pura*, Kant nos oferece esse dado, diz ele: se no ato de conhecer estão presentes o sujeito e o objeto, sendo que a universalidade, necessidade e objetividade do conhecimento não podem vir do objeto, terão que vir então do sujeito. Tratando-se da moralidade, há algo que se

assemelha com a “revolução copernicana”¹ realizada pelo autor na primeira *Crítica*. Tal como na razão teórica, Kant constatou, na razão prática, a impossibilidade de se buscar, na experiência, o princípio da ação, uma lei prática universal e necessária. Por fim, uma filosofia prática mesclada (contingente, casual, acidental) pode levar ao bem como pode, em muitas situações, levar ao mal. Noutras palavras, uma filosofia prática mesclada apenas é capaz de oferecer razões ou motivos que podem, eventualmente ou acidentalmente, levar à virtude, mas que, também, podem, por vezes, levar ao vício, desqualificando as diferenças específicas entre virtude e vício, oferecendo, por exemplo, apenas a melhor técnica ou o melhor cálculo da ação, conselhos ou regras da habilidade.

A questão é: se há a preocupação moral (com o valor moral da ação), o ser humano pode se deixar guiar por um “princípio”, por uma determinação, por uma razão ou por motivo tão vacilante? Se há a preocupação moral, o ser humano pode deixar-se guiar ao acaso, por uma determinação, razão, motivo ou por um “princípio” que, causalmente ou acidentalmente, leva ao bem, mas que, em muitas situações, pode, também, encerrar-se em um grande mal? E mais, como investigar a possibilidade de aplicação, o sucesso ou efetividade de algo se antes ele não foi devidamente e cuidadosamente fundado.

Evidenciamos a necessidade e a relevância de, em se tratando de uma filosofia prática, ou razão prática, elaborar e desenvolver, primeiro, uma metafísica moral, para, somente depois, abordar o empírico. De acordo com Kant:

É verdade que as minhas afirmações sobre esta questão capital tão importante e que até agora não foi, nem de longe, suficientemente discutida, receberiam muita clareza pela aplicação do mesmo princípio a todo o sistema e grande confirmação pelo fato da suficiência que ele mostraria por toda a parte; mas tive que renunciar a esta vantagem, que no fundo seria também mais de amor-próprio do que de utilidade geral, porque a facilidade de aplicação e a aparente suficiência dum princípio não dão nenhuma prova segura de sua exatidão, pelo contrário, despertam em nós uma certa parcialidade para o não examinarmos e ponderarmos em toda a severidade por si mesmo, sem qualquer consideração pelas consequências. (KANT, 1980, p. 106-107).

É preciso destacar que o empírico, em se tratado de uma filosofia prática, não é descartado ou eliminado pelo filósofo, o que não seria possível tendo em vista a própria constituição do ser humano, um ser sensível e racional. Querer suprimir toda e qualquer

¹ “[...] O mesmo aconteceu com os primeiros pensamentos de *Copérnico* que, depois das coisas não quererem andar muito bem com a explicação dos movimentos celestes admitindo-se que todo o exército de astros girava em torno do espectador, tentou ver se não seria melhor que o espectador se movesse em torno dos astros, deixando estes em paz”. (KANT, 1983, p. 12).

sensibilidade, toda e qualquer experiência parece contraditório com a própria natureza finita do ser humano. Desse modo, considerar a natureza finita do humano, parece algo necessário, tratando-se de uma filosofia prática, tendo em vista a preocupação com o valor moral das ações, pois, ainda que essa filosofia prática obtenha seu princípio supremo, o princípio prático fundamental, sem levar em consideração as peculiaridades do ser humano, não poderá deixar de se indagar, em algum momento, sobre essa natureza e a aplicabilidade desses princípios aos seres racionais e sensíveis, nesse caso, o ser humano, um dos agentes morais. A sensibilidade, a experiência, em suma, o empírico, somente não é abordado (ou levado em consideração) na primeira parte da filosofia prática, o que ocorre, justamente, pelos objetivos, pela tarefa, pelo o que se quer, em um primeiro momento, de um pensamento prático.

Por fim, ainda sobre a primeira parte da filosofia prática kantiana, importa dizer que a filosofia prática pura (a metafísica moral) cuidará, especificamente, de traçar os primeiros princípios da ética, pois, de outro modo, na ausência do princípio, segundo Kant, não poderíamos olhar para a efetividade ou para a formação ou para o ensino da ética com segurança, ou seja, a própria possibilidade de uma formação e desenvolvimento ético, o próprio ensino da ética estaria comprometido. Nas palavras do filósofo:

Mas, não é, portanto, inútil, muito menos ridículo, traçar nessa metafísica *os primeiros princípios da ética*; para isso somente enquanto um filósofo poderá observar os primeiros princípios dessa concepção do dever, de outro modo, *não poderemos olhar para o ensino da ética*. (KANT, 2008, p. 1-2, grifo nosso).

No entanto, a filosofia prática de Kant não se resume à parte pura, não se trata, apenas, da busca pelos fundamentos morais, da procura do ideal de moralidade, noutras palavras, não se resume apenas à possibilidade de leis morais puras que possam determinar e legislar a conduta do ser humano por motivos *a priori*. Kant (1983, p. 24) chama de *a priori* não o que independe desta ou daquela experiência, mas absolutamente independente de toda experiência.

Há o segundo momento, que diz respeito à aplicabilidade, à efetivação, à realização e ao alcance do princípio moral. Há a parte empírica do pensamento prático de Kant, o qual tratará, especificamente, da moralidade aplicada ao ser humano, isto é, da divisão do dever ser para a natureza humana – o ser racional e sensível. Segundo Kant (1983, p. 409): “[...] toda a Filosofia é ou um conhecimento a partir da razão pura ou um conhecimento racional

a partir de princípios empíricos. A primeira chama-se filosofia pura, a segunda filosofia empírica”.

A parte empírica da filosofia prática kantiana, também, trata do *dever ser*, ou seja, ocupa-se com tudo aquilo que deve, necessariamente, acontecer do ponto de vista da moralidade, porém leva em consideração as especificidades e as particularidades do ser humano, o que Kant (1983), em alguns momentos da sua filosofia prática, chamará de Ética.

As obras sobre religião, virtude, direito, antropologia, educação são os textos em que Kant que trata da efetivação, do alcance, da realidade ou da realização dos princípios puros de sua filosofia prática. Essas obras da filosofia prática empírica significam a possibilidade de acrescentar um mínimo de empiricidade, sem que o caráter fundamental (puro) seja comprometido, sem que haja rupturas com a lei prática pura, fundada anteriormente. À fundação da moralidade coube o fundamento relativo ao princípio da ação, porém, se há a preocupação ética, é necessário estar atento para que a ação propriamente dita não implique uma inteira ruptura com a legislação da razão prática pura, mas, antes, represente o suplemento de tal lei, ou seja, a ação vai procurar efetuar a moralidade na medida em que torna possível o seu exercício externo.

Desse modo, podemos pensar a Filosofia Prática de Kant constituída e sustentada, apropriadamente, por duas partes: i) uma parte pura (não empírica), na qual o princípio supremo da moralidade é buscado e fixado independente de todo e qualquer dado empírico, eis o momento de busca e da fixação do fundamento da ação moral; ii) uma parte empírica, que consiste na verificação da possibilidade de efetividade do princípio moral supremo, nesse momento, leva-se em conta as especificidades da natureza humana, tem-se a preocupação com a ação real em geral com valor moral.

Quando levamos em consideração a arquitetura da Filosofia Prática de Kant, podemos visualizar o lugar próprio da Pedagogia no interior dessa filosofia. Pensamos não ser possível separar a reflexão kantiana acerca da educação do conjunto do seu sistema, em particular, do conjunto do seu sistema prático. Encontramos essa posição assinalada por Louden e Crampe-Casnabet, respectivamente: “[...] as ligações inter-textuais deverão ser devidamente exploradas na interpretação da filosofia kantiana da educação. (LOUDEN, 2000, p. 35) e “É impossível separar a reflexão kantiana sobre a pedagogia do conjunto do seu sistema. A teoria do conhecimento, a ética, a política, a filosofia da história, fundamentam organicamente o discurso pedagógico”. (CRAMPE-CASNABET, 1990, p. 229).

Desse modo, considerando o conjunto do pensamento prático de Kant, há uma pedagogia ou filosofia da educação, enquanto um dos mecanismos capaz de alcance dos princípios morais, noutras palavras, um dos caminhos para a efetivação da própria moralidade, um dos mecanismos capaz de assegurar a efetividade ética pelo aprendizado a partir da formação moral. Louden (2000) chama a atenção para o fato de que Kant dedicou muitos de seus estudos e aulas à investigação empírica do ser humano, a qual seria necessária para a efetivação dos princípios práticos puros. Porém, não será o caso, mediante a educação de mesclar dados empíricos aos elementos puros da moral, antes de levar em consideração o que é relevante para a efetivação ou para o alcance do princípio supremo da moralidade, vale dizer, a própria natureza e condição humana.

Com a Pedagogia, Kant aponta a educação como um dos mecanismos (não o único, mas um deles) que poderá fornecer, efetivamente, a resposta à questão prática: "*o que devo fazer*", de modo a realizar com valor, o valor moral, de longe o mais alto e sem qualquer comparação. (KANT, 1980, p. 113).

Afetado por tantas inclinações, em muitas situações, o ser humano, por si só, pode não apresentar a força necessária para efetivar a moralidade (a ação ética), ou seja, para fazer o que deve ser feito do ponto de vista da moralidade, da formação e do desenvolvimento dessa força ou fortaleza moral, que Kant denomina, por vezes, de o processo de desenvolvimento da Humanidade; mister se faz o auxílio do outro, esse outro, segundo o filósofo, está, também, na Educação.

Nesse sentido, vemos a pedagogia kantiana com um importante desígnio de educação para a virtude, pois fortaleza moral significa a virtude humana, a exposição de algumas passagens nos permite fazer tal afirmação, a "Virtude é a fortaleza moral da vontade" (KANT, 2004, p. 40). Porém, o filósofo adverte que tal definição não esgota o conceito de virtude, afinal, é possível atribuir a mesma fortaleza moral a um ente santo (sobre-humano), desse modo, no que diz respeito à virtude humana, Kant completa a sua definição dizendo que, "[...] a virtude é a fortaleza moral da vontade de um homem no cumprimento do seu dever [...]" (KANT, 2004, p. 40), noutras palavras, "A virtude é a força da máxima do homem no cumprimento do seu dever". (KANT, 2004, p. 29).

Podemos pensar, então, que o valor das ações humanas pressupõe a educação, uma vez que "por natureza o ser humano não é um ser moral em absoluto" (KANT, 1999, p. 95). Kant aponta que o ser humano é capaz de conceber a ideia de moralidade, liberdade, ética, porém não é espontaneamente dotado da força necessária para torná-la eficaz e efetiva em

suas ações cotidianas. A força moral para uma ação, diz o filósofo, é cultivável, e um dos caminhos para tal cultivo centra-se (embora não exclusivamente) na educação.

Nas preleções *Sobre a pedagogia*, encontraremos, de modo sistemático, a educação desenvolvida e justificada por Kant. Temos, na presente obra, a preocupação em apresentar a boa educação – “ver de modo claro o quê propriamente pertence a uma boa educação” (KANT, 1999, p. 16). A presente preocupação se explica, pois, de acordo com Kant, a natureza humana pode ser sempre mais bem desenvolvida e aprimorada mediante a educação; com a educação, há a oportunidade de oferecer ao ser humano o que, de fato, convém à sua humanidade. Na educação, segundo o filósofo, está o segredo da perfeição da natureza humana, bem como a boa educação “abre a perspectiva para uma futura felicidade da espécie humana”. (KANT, 1999, p. 17).

Então, se tudo o que realmente pertence à humanidade, se a sua formação e desenvolvimento e se a sua perfeição e futura felicidade dependem, também, de uma boa educação, é necessário pensar sobre a educação e desenvolver o seu projeto. Nas palavras do filósofo:

O projeto de uma teoria da educação é um ideal muito nobre e não faz mal que não possamos realizá-lo. Não podemos considerar uma Idéia como quimérica e como um belo sonho só porque se interpõem obstáculos à sua realização. Uma Idéia não é outra coisa senão o conceito de uma perfeição que ainda não se encontra na experiência [...] Se, por exemplo, todo mundo mentisse, o dizer a verdade seria por isso mesmo uma quimera? (KANT, 1999, p. 17).

Sendo assim, Kant oferece um projeto sistemático de educação, uma ideia ou conceito que permita desenvolver, no ser humano, o que, de fato, convém à sua natureza, para que o ser humano possa atingir o seu fim ou destinação, a saber, a sua *Humanidade*. Kant caracteriza a humanidade, própria de todo o ser humano, por: habilidades, qualidades, capacidades, prudência, civilidade, moralidade e liberdade.

Mesmo que haja obstáculos na realização de uma ideia ou conceito, Kant (1999, p. 18) sustenta que não é em vão oferecer um ideal de educação para que o ser humano o persiga, para o seu desenvolvimento do aperfeiçoamento, para a sua futura felicidade e para a perfeição humana. Conforme aponta Santos, a educação kantiana, mesmo se tratando de um projeto, de uma teoria, de uma ideia ou de um conceito, não se trata de uma utopia, antes,

Trata-se do conceito de uma perfeição que ainda não se encontrou na experiência, o qual servirá como arquétipo para a ação ou, ainda, conforme outra definição kantiana, como *focus imaginarius*. Por meio da idéia de educação, a Pedagogia pode regular-se na experiência, o que permite que ela não seja reduzida a puro empirismo. (SANTOS, 2004, p. 54).

Em Kant, a educação pode ser: ou i) mecânica, ordenada sem plano e conforme as circunstâncias, ou ii) raciocinada, pensada, refletida, planejada. A posição do filósofo é de que toda educação meramente mecânica contém muitos erros e lacunas por não obedecer a plano algum; a educação deve ser raciocinada, do contrário, nada se pode esperar dela, jamais se tornará um esforço coerente e “uma geração poderia destruir tudo o que uma outra anterior tivesse edificado”. (KANT, 1999, p. 22). Toda a educação deve ser pensada, refletida e raciocinada, pois, de outro modo, caso fragmentada ou mecânica, o ensino seria meramente tumultuário e não seria capaz de atingir qualquer fim.

Vejam, agora, as particularidades dessa educação pensada e raciocinada no que diz respeito à sua dimensão prática, ou seja, a educação prática kantiana.

PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO PRÁTICA

O texto *Sobre a pedagogia* apresenta-se dividido em três partes: i) Introdução, ii) Educação Física e iii) Educação Prática. Tendo em vista a divisão da obra, junto de alguns apontamentos iniciais realizados em sua introdução, podemos afirmar que a pedagogia, conforme concebida por Kant, é entendida sob duas perspectivas fundamentais, Física e Prática, e por quatro momentos: o cuidado (educação física), a disciplina, a instrução e o direcionamento (educação prática).

Segundo Kant, a partir de suas perspectivas e de seus respectivos momentos, a educação poderá desenvolver, pouco a pouco, os germes que residem na natureza humana: “Há muitos germes na humanidade e toca a nós desenvolver em proporção adequada as disposições naturais e desenvolver a humanidade a partir dos seus germes e fazer com que o homem atinja a sua destinação”. (KANT, 1999, p. 18).

A perspectiva prática da educação kantiana, a formação ou educação prática, vale dizer, em Kant, “chama-se prático tudo o que se refere à liberdade” (KANT, 1999, p. 29), é a parte da educação que se dedicará, especificamente, ao desenvolvimento do ser humano

para que ele possa viver e ser moral e livre². De acordo com Kant, a educação prática tem em vista a moralidade, que, na filosofia prática kantiana, está diretamente ligada com o caráter, com a pessoa, com a virtude, com a dignidade, com a autonomia, com a liberdade, portanto a formação ou a educação prática terá como fim a formação e o desenvolvimento de um ser humano que será capaz de querer agir e viver segundo valores e princípios morais, o que, para Kant, representa o máximo do valor da natureza humana, o valor intrínseco, absoluto, essencial de todo ser humano; a formação prática confere ao ser humano um valor que diz respeito à inteira espécie humana. (KANT, 1999, p. 35). À formação prática, é pressuposto o desenvolvimento da razão, que, segundo Kant, é a faculdade dos princípios, dos princípios teóricos ou do conhecimento e dos princípios práticos ou morais (KANT, 2003, p. 427).

De acordo com a pedagogia kantiana, a formação prática para o ser humano é o resultado pretendido ao longo do extenso processo educacional. Na visão de Louden (2000, p. 38), a moralidade, no que diz respeito à formação da natureza humana em Kant, pressupõe a educação – “a moralidade não é um simples produto da educação, mas pressupõe a educação enquanto uma pré-condição necessária”. Os valores e princípios morais e, em consequência, a efetividade de ações éticas podem não depender somente da educação, mas, sem ela, não ocorrem. A educação, para o caso da formação moral da natureza humana, conforme pensada por Kant, pode não ser suficiente, mas é necessária.

Então, indicamos que a perspectiva prática da pedagogia em Kant diz respeito à disciplina, à instrução e ao direcionamento do ser humano; vale reforçar para que ele desenvolva a sua humanidade e possa viver enquanto um agente moral e livre. Segundo La Taille:

Uma educação que não disciplina fracassa em arrancar o homem de seu estado inicial de selvageria; uma educação que não instrui apenas adentra e fracassa em ensinar o homem a pensar, tornar-se cidadão e [...] fracassa em tornar a criança em ser moral. (LA TAILLE, 1996, p. 141).

A educação prática é subdividida por Kant em negativa e positiva; a parte negativa refere-se à disciplina; a parte positiva, à instrução e ao direcionamento. A parte positiva é, especificamente, os momentos de desenvolvimento e de formação do educando. A subdivisão da educação prática em negativa (disciplina) e positiva (formação) é uma

² Há, em Kant, a compatibilidade entre moralidade e liberdade. Segundo a filosofia moral de Kant, o ser humano, ao elevar a sua razão até os conceitos de dever e de lei moral é, desse modo, livre.

distinção que ocorre em outros momentos dos escritos de Kant, por exemplo, na *Crítica da razão pura*. Kant afirma que:

[...] a compulsão pela qual a tendência constante para desobedecer a certas regras é reprimida e finalmente extirpada é chamada de *disciplina*. [...]. Para a formação (*Bildung*) é o desenvolvimento de um talento, o qual já possui em si próprio a tendência para se manifestar, a disciplina oferecerá, portanto, uma contribuição negativa: a formação e a doutrina (*Doktrin*) uma contribuição positiva. (KANT, (1983, p. 350).

Acerca da parte negativa da educação prática, a disciplina, diz Kant: “A disciplina transforma a animalidade em humanidade [...] é puramente negativa, porque é o tratamento através do qual se tira do homem a sua selvageria”. (KANT, 1999, p. 12). Se a disciplina é o que transforma a animalidade em humanidade, o que possibilita a transição da animalidade à humanidade, quais são as razões de Kant para sustentar essa necessidade?

Segundo Kant (1999, p. 13), a selvageria, o estado bruto, a brutalidade, o puro instinto ou animalidade é a independência de toda e qualquer lei; a disciplina, por sua vez, será o início do processo de submissão do ser humano às leis da humanidade, que, não perdendo de vista o conjunto do pensamento prático de Kant, nada mais são, senão, as leis morais, isto é, uma legislação que o ser racional, graças à faculdade prática da sua razão, é capaz de oferecer a si próprio, independente de qualquer exterioridade. A disciplina é o início de um processo educacional, chamado por Kant de educação prática, para que a criança, quando atingir a idade juvenil e adulta, seja capaz de colocar para si mesma, e seguir um princípio supremo de ação. Noutra palavras, para que a criança, ao atingir a idade juvenil e adulta, possa manifestar e fazer uso da faculdade prática da sua razão, ou seja, dar-se as leis que sustentarão as suas ações. Para isso, o primeiro passo é a disciplina, e não precisamente formação.

Santos (2007, p. 5) afirma que a disciplina, no interior da educação prática kantiana, desempenha uma função preventiva, que significa impedir que a selvageria/animalidade assuma o comando das ações dos seres humanos, impedir que o ser humano, futuramente, seja determinado em sua vida – condutas, costumes, ações – pela impulsividade ou pelas inclinações. De acordo com Santos, eis “o que Kant denomina como domar a selvageria”³.

De fato, segundo a filosofia prática de Kant, o valor moral de uma ação não está nas inclinações, ou seja, não é o que me inclina que confere o valor da minha ação, sendo

³ Segundo Kant: “(...) chama-se inclinação a dependência em que a faculdade de desejar está em face das sensações”. (KANT, 1980, p. 124),

assim, a questão que colocamos é: isso significa dizer que devemos suprimi-la? Devemos eliminar, abolir ou exterminar toda e qualquer inclinação ou tendências?

A resposta de Kant é não. É preciso levar em consideração que negar ou domar a selvageria, que transformar a animalidade em humanidade não significa destruir ou erradicar com todo e qualquer instinto, não significa ter que abolir ou suprimir com toda e qualquer inclinação, tendência, desejo, paixão ou sensação, disciplinar. Em Kant (1999, p. 13), significa, especificamente, procurar evitar que tais disposições causem danos à humanidade, significa evitar que o estado de ausência de toda e qualquer lei cause prejuízos ao processo de formação e de desenvolvimento da humanidade. Kant (1999, p. 50) explica que, no que diz respeito à disciplina, é preciso atentar-se para que, no disciplinar, não se trate a criança como escrava, mas antes, que a faça sentir a sua liberdade, manifestada mediante a capacidade prática de sua razão para escolhas e decisões, futuramente, escolhas e decisões somente pelos bons fins.

[...] “convém também orientar o jovem para a alegria e o bom humor” (KANT, 1999, p. 106), nesse sentido, é reforçada a posição de Kant de que não se trata da exigência de erradicar toda e qualquer inclinação, sensação ou sentimento. Mas vale lembrar que os sentimentos, as paixões, tudo o que me inclina, em geral, são, de acordo com o filósofo, contingentes e, em definitivo, a posição de Kant é de que, tendo em vista a vida e as vivências humanas, não se deve deixá-la à sorte de qualquer contingência. Os instintos, os impulsos, as inclinações podem até apresentar uma tendência ao bem, ao correto moral (que é distinto do valor moral), à benevolência, mas são cegas e servis, podendo causar, muitas vezes, danos ao ser humano e à sua humanidade (KANT, 2003, p. 419). Assim, na ausência de leis⁴, a ação por desejos face às minhas sensações, isto é, a ação por inclinação, além de não poder conferir o autêntico valor moral à ação do ser humano, pode, em muitos casos, prejudicar a natureza humana no processo do desenvolvimento de sua humanidade, ademais, no processo do desenvolvimento do agente moral e livre.

Em resumo, a disciplina, na educação prática kantiana, é o que irá conter o ser humano para que ele não siga, imediata e cegamente, a cada um de seus caprichos, instintos, impulsos ou inclinações. A disciplina será fundamental para que a criança possa, no futuro, agir segundo um projeto ou ideal de conduta, possa seguir as leis da sua própria humanidade, possa agir segundo princípios e realizar o seu dever moral – tudo aquilo que

⁴ Vale ressaltar que não se trata de leis sociais, religiosas ou de tradições, mas, antes, de leis da própria *humanidade* intrínseca a todo ser humano, possíveis mediante a faculdade prática da sua razão.

deve, necessariamente, acontecer do ponto de vista da moralidade. Avistamos, aqui, a disciplina enquanto indispensável no momento inicial da educação prática da pedagogia kantiana, na atenção adequada às inclinações, aos instintos, aos impulsos, às paixões, às tendências.

A disciplina, no entanto, apresenta-se somente enquanto o primeiro momento da educação prática de Kant, pois a moralidade funda-se em máximas e não na disciplina – a disciplina impede os defeitos, a máxima forma o modo de pensar. (KANT, 1999, p. 75). Portanto, pensando no alcance da humanidade do ser humano, a disciplina não basta, a educação prática não se resume à disciplina, a qual doma a animalidade, mas é capaz, apenas, de gerar um hábito que pode desaparecer com os anos. Segundo Kant (1999, p. 48): “O hábito é um prazer ou uma ação convertida em necessidade pela repetição contínua desse prazer ou dessa ação” ou “Um hábito é o estabelecimento de uma inclinação persistente sem nenhuma máxima”. (KANT, 2004, p. 130).

É preciso continuar o processo e “proceder de tal modo que a criança se acostume a agir segundo máximas”. (KANT, 1999, p. 75). A educação prática, segundo a concepção kantiana, exige, no momento seguinte, o olhar para a máxima da ação – “a educação prática não pode permanecer baseada unicamente sobre a disciplina, mas deve assentar sobre máximas”. (SANTOS, 2011, p. 211).

A máxima da ação é o princípio ou o fundamento subjetivo do querer, isso significa que uma máxima da ação é a razão, intenção ou o porquê, que o sujeito da ação tem ou se dá para agir. A subjetividade, característica de toda máxima da ação, pode ser compreendida de dois modos: i) por estar diretamente ligada a um fim querido pelo agente e determinar a sua ação em função desse fim. A máxima é aqui entendida subjetiva por determinar, apenas, o querer de um agente específico, ou seja, somente aquele sujeito que deseja o fim estará submetido à regra derivada da máxima da ação e/ou, ii) uma máxima é subjetiva, quando adotada por um agente, trata-se de uma máxima que o agente adota para si, desse modo, o querer ou o agir de um agente será determinado em função dessa adoção.

As leis fundamentais da razão prática, as leis da humanidade, por sua vez, apresentam-se para que esse princípio subjetivo do querer, ou seja, a máxima da ação – válida para um agente – possa valer ao mesmo tempo enquanto princípio objetivo do querer, ou seja, leis ou máximas universais, válidas para todos, sem exceção. De acordo com Kant: “A lei, considerada em nós, se chama consciência. A consciência é de fato a referência das nossas ações a essa lei”. (KANT, 1999, p. 99).

Para o caso da natureza humana e, considerando a perspectiva prática da pedagogia de Kant, em primeiro lugar, essas máximas são as da escola, depois, as da humanidade, da própria humanidade presente em todo ser humano, a autodeterminação, portanto, “no primeiro período, o constrangimento é mecânico; no segundo, é moral”. (KANT, 1999, p. 30).

Retomando a subdivisão da educação prática em negativa (disciplina) e positiva (formação), vejamos, um pouco mais de perto, o que envolve a parte positiva do sentido prático da pedagogia kantiana. Com a parte positiva da educação prática, constatamos, fundamentalmente, no contexto da *Sobre a pedagogia*, os momentos de instrução e direcionamento, que se refere à educação: i) mecânico-escolástica, que diz respeito ao desenvolvimento das habilidades, qualidades e capacidades dos seres humanos, por exemplo, ler e escrever; ii) pragmática, refere-se à prudência que, segundo Kant, apresenta-se como uma espécie de civilidade; iii) moral, a formação moral refere-se à ética e ao intrínseco valor das ações humanas, a saber, o valor moral.

A educação mecânico-escolástica envolve o desenvolvimento da razão teórica, proporcionando os conteúdos cognitivos, os conhecimentos teóricos,

[...] é a criação da habilidade e esta é a posse de uma capacidade condizente com todos os fins que almejamos [...] Algumas formas de habilidade são úteis em todos os casos, por exemplo, o ler e o escrever; outras só são boas em relação a certos fins [...]. A habilidade é de certo modo infinita, graças aos muitos fins. (KANT, 1999, p. 25-26).

A educação pragmática-prática é uma espécie de formação política, formando a civilidade sustentada pela prudência, “a civilização visa formar o cidadão para que ele tome parte ativa na vida da sociedade em que está inserido”. (SANTOS, 2011, p. 211), por exemplo, civilidade sustentada pela prudência de não utilizar o outro para a realização dos seus fins/interesses. Oliveira (2004, p. 456) esclarece que a pessoa prudente, e, portanto, segundo a concepção kantiana, civilizada, possui certos refinamentos que a pessoa meramente hábil ou habilidosa, ou seja, a formação somente mecânica-escolástica não possui. Segundo Oliveira, Kant, frequentemente, usa o termo civilização enquanto parte de um trio de estágios, habilidade, prudência e moralidade, necessários para o pleno desenvolvimento do ser humano, o desenvolvimento da sua humanidade. No que diz respeito à civilidade, Kant aponta que as belas artes e as ciências podem ser bastante eficazes para esse desenvolvimento. A civilidade, nas palavras de Kant:

[...] por um prazer universalmente comunicável e pelas boas maneiras e refinamento na sociedade, ainda que não façam o homem moralmente melhor, tornam-no porém civilizados, sobrepõem-se em muito à tirania da dependência dos sentidos e preparam-no assim para um domínio, no qual só a razão deve mandar. (KANT, 1993, p. 274).

Por fim, coroando o trio de estágio necessário para a formação da humanidade do ser humano, com a atenção na formação da razão teórica e da razão prática, está a formação e o desenvolvimento moral, o fundamental na formação da razão prática, “Por último vem a formação moral, enquanto é fundada sobre princípios que o homem deve reconhecer” (KANT, 1999, p. 35-36). Com o desígnio de formar moralmente, a educação deve:

[...] cuidar da moralidade. Na verdade, não basta que o homem seja capaz de toda sorte de fins; convém também que ele consiga a disposição de escolher apenas os bons fins. Bons são aqueles fins aprovados necessariamente por todos e que podem ser, ao mesmo tempo, os fins de cada um. (KANT, 1999, p. 26).

A educação prática kantiana trata da formação plena do ser humano, da formação da sua humanidade, que, como posto, envolve a dimensão cognitiva, política e moral; para essa formação, exige-se a formação plena da razão, teórica e prática. Segundo Delbos (1969, p. 591), em especial, a parte positiva da educação prática tem, propriamente, o objetivo de desenvolver as habilidades, a prudência e, por fim, a moralidade; desse modo, a educação, no sentido de formação e desenvolvimento, será plena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pedagogia de Kant, apresentada nas demais obras de modo fragmentado, bem como de forma sistematizada na *Sobre a pedagogia*, representa um processo de formação como uma ideia e, mesmo que não se realize ou mesmo que haja obstáculos para a sua realização, temos um ideal que a humanidade, segundo o filósofo, pode perseguir para o seu aperfeiçoamento, para sua futura felicidade e para sua perfeição moral, um ideal que o ser humano pode e deve, caso tenha a preocupação com a plena formação humana, constantemente se aproximar, em um progresso ininterrupto: “Podemos trabalhar num esboço de uma educação mais conveniente e deixar indicações aos pósteros, os quais poderão pô-las em prática pouco a pouco”. (KANT, 1999, p. 17-18).

Portanto, o desígnio da filosofia da educação kantiana é o de esclarecer e orientar. Como especifica Suchodolski (2002, p. 09), ao nos dizer sobre a tarefa fundamental de uma

teoria ou pensamento, trata-se do “fio condutor precioso (...) o esclarecimento de diversos aspectos e a correção de abundantes ideias feitas” para, quem sabe, a possível promoção e transformação do real em um genuíno exercício para a vida humana, o qual permite, ademais, a ampliação do alcance da filosofia. Definir os objetivos pedagógicos e educacionais a partir de um processo de análise, de clareza de conceitos, de princípios e de valores que possam sustentar a formação e a ação educacional significa, em última instância, o trabalho filosófico, ampliando o alcance da filosofia e da educação.

Nossas análises nos permitem considerar, apreender e compreender alguns elementos da pedagogia kantiana. Ao trazer a Pedagogia de Kant e a sua perspectiva prática, vale lembrar, “chama-se prático tudo o que se refere à liberdade” (KANT, 1999, p. 29), considerando a parte da educação que diz respeito à formação do ser humano para que ele possa viver e ser moral e livre, podemos refletir sobre a formação educacional, sobre o desenvolvimento do ser humano via educação desde a educação básica até a educação superior pois, seja qual for a etapa educacional, o Humano, em seus diversos aspectos, características, especificidades e dimensões, é o que permanece.

Por isso, trazemos a dimensão ética na educação, neste momento, como possibilidade de debate e de compreensão para os atuais professores, bem como para aqueles que se encontram em formação inicial nos cursos de licenciaturas.

Acerca da importância, atualidade ou possibilidade do projeto educacional kantiano, indicamos que a educação, conforme concebida por Kant, foi considerada por alguns pensadores críticos da Filosofia Moderna, como, por exemplo, Adorno, que, ao avaliar o texto kantiano sobre o Iluminismo, apontou, a atualidade do seu pensamento prático, de acordo com Adorno: “[...] determinou a emancipação de um modo inteiramente consequente, não como categoria estática, mas como uma categoria dinâmica, como vir-a-ser e não um ser”. (ADORNO, 1995, p. 181). Temos presente a avaliação de uma das centrais preocupações filosóficas do pensamento e da pedagogia em sentido prático de Kant, ou seja, a preocupação com todo o dever-ser.

Pensamos ser urgente a recuperação da Humanidade possível na esfera do vir a ser humano. Parece que ainda temos que negar (não aceitar) o que o ser humano é, daí a necessidade de pensar, com seriedade, e efetivar o que ele pode e deve ser. O que, em Kant, significa atentar-se, fundamentalmente, para uma capacidade própria do ser humano, a saber, a faculdade prática da sua razão. Por fim, buscar investigar e compreender a pedagogia de Kant significa deixar-se mover, também, por sua atualidade.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. W. *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BUENO, Vera Cristina de Andrade. Kant e a tarefa da educação. In: OLIVEIRA, P. E. de (org.) *Filosofia e educação: aproximações e convergências*. Curitiba: Círculo de Estudos Bandeirantes, 2012.
- CRAMPE-CASNABET, Michele. *Kant, une revolution philosophique*. Paris: Bordas, 1989.
- CRAMPE-CASNABET, Michele. *Du dressage à la civilization*. Paris: PUF, 1990.
- DELBOS, Victor. *La philosophie pratique de Kant*. Paris: PUF, 1969.
- FONTANELLA, Francisco Cock. Prefácio. In: KANT, Immanuel. *Sobre a pedagogia*. Tradução de Francisco Cock Fontanella. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1999.
- KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- KANT, Immanuel. *Crítica do juízo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- KANT, Immanuel. *Sobre a pedagogia*. Piracicaba: Unimep, 1999.
- KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Prática*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- KANT, Immanuel. *Metafísica dos costumes*. Parte II: Princípios metafísicos da doutrina da virtude. Lisboa: Ed. 70, 2004.
- KANT, Immanuel. *The Metaphysical elements of ethics*. Hong Kong: Forgotten Books, 2008. Disponível em: <www.forgottenbooks.org>. Acesso em: 22 de junho 2020.
- LA TAILLE, Yves. de. A educação moral: Kant e Piaget. In: MACEDO, Lino de (Org.). *Cinco estudos de educação moral*. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 137-178, 1996.
- LOUDEN, Robert B. *Kant's Impure Ethics: From Rational Beings to Human Beings*. New York, Oxford: Oxford University Press, 2000.
- OLIVEIRA, Mário Nogueira. de. *A educação na ética kantiana*. São Paulo: Educação e Pesquisa v. 30, n.3, p. 447-460, set./dez. 2004.
- SANTOS, Robinson. dos. *Kant e a exigência de uma ciência da educação*. Educação em Revista, n.5, p.49-62, 2004.
- SANTOS, Robinson. *Liberdade e coerção: a autonomia moral é ensinável?* In: Studia Kantiana – Revista da Sociedade Kant Brasileira, n. 11, 2011.
- SANTOS, Robinson. *Educação moral e civilização cosmopolita: atualidade da filosofia prática de Kant*. Revista Iberoamericana de Educación. Nº 41/4 -10, 2007.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. *Educação, sujeito e história*. São Paulo: Olho d'água, 2001.
- SUCHODOLSKI, Bogdan. *A pedagogia e as grandes correntes filosóficas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.